

Economia Brasil **Itamar: programa antiinflação.**

PRESIDENTE ASSUMIRÁ COMANDO DA POLÍTICA ECONÔMICA E NEGOCIARÁ MEDIDAS FORTES COM A SOCIEDADE

16

O presidente Itamar Franco assumirá o comando da política econômica e, em conjunto com o ministro do Planejamento, Paulo Haddad, negociará com a sociedade e agentes econômicos a aprovação de "medidas fortes" para quebrar a inércia da inflação. A partir da próxima semana, Itamar se reunirá quinzenalmente com a equipe econômica para avaliar a evolução dos índices. Os setores que estejam pressionando a inflação serão convocados para explicar a elevação dos preços.

Esta é a estratégia de combate à inflação prevista para os dois anos de mandato de Itamar, anunciada ontem por Haddad em entrevista no Palácio do Planalto com as diretrizes do governo para o curto, médio e longo prazos. O programa econômico descarta a opção de choques como congelamento de preços ou bloqueio de poupanças, mas admite uma saída negociada para reverter a inflação.

"Não haverá choque. Mas alguma medida mais lá na frente, baseada nas regras de mercado, será adotada para dar um tombo na inflação", afirmou Haddad, que foi categórico ao afastar a hipótese de dolarização da

economia: "O presidente Itamar Franco não quer abrir mão da soberania da moeda brasileira. Ao contrário, vamos batalhar para valorizar nossa moeda", disse o ministro, recusando-se, entretanto, a adiantar qualquer indicação do que o governo poderia tentar fazer para conter a inflação.

O ministro não quis se comprometer com metas para a queda dos índices. Disse apenas que "os desejos e as aspirações" são de que em janeiro de 1995, na posse do novo presidente da República, a inflação mensal estará entre 2% e 4%. O ministro previu uma aceleração dos índices em janeiro e queda gradual a partir de fevereiro, para atingir cerca de 10% ao final de 1993.

Paulo Haddad considera que quatro fatores contribuirão para a redução gradativa dos índices: não existem mais as pressões da devolução dos cruzados bloqueados; não se repetirá o ritmo acelerado de acumulação de reservas cambiais; o ajuste fiscal garantirá um superávit nas contas públicas de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e a renúncia aos choques econômicos permitirá a estabilidade das regras de mercado.